

**O sistema capitalista e a reprodução da força de trabalho: o acesso à moradia
como retrato da dependência**

***The capitalist system and the reproduction of the labor force: access to housing
as a representation of dependency***

Andreza Ramos Sant'ana ¹

Mariana Barbosa de Souza ²

RESUMO

Este trabalho discute a crise de habitação na América Latina sob a perspectiva do capitalismo dependente e a conseqüente segregação socioespacial. A partir da análise crítica do acesso à habitação em países capitalistas dependentes, analisa-se a habitação a partir da teoria do valor trabalho e das seguintes categorias: superexploração do trabalho, renda da terra, totalidade e historicidade. Estas categorias permitem identificar as formas pelas quais as cidades latino-americanas foram conformadas: relacionadas ao escravismo colonial, as habitações populares possuem como características a precariedade, escassa organização espacial e falta de políticas públicas que visem a integração da classe trabalhadora aos espaços públicos, resultando na segregação dessa população em regiões longe dos centros.

Palavras-chave: Sistema Econômico; Crise Habitacional; Teoria Marxista da Dependência; Urbanização.

ABSTRACT

This paper discusses the housing crisis in Latin America from the perspective of dependent capitalism and the resulting socio-spatial segregation. Through a critical analysis of access to housing in dependent capitalist countries, housing is examined through the lens of the labor theory of value and the following categories: labor super exploitation, land rent, totality, and historicity. These categories allow for the identification of the ways in which Latin American cities have been shaped:

¹ Economista pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, graduanda em Direito pela Universidade Anhembi Morumbi, pesquisadora no Grupo de Estudos Moradia e Marxismo (GEMOMA) da Universidade de São Paulo (DHCTEM – FDUSP). E-mail: andrezarsantana3@gmail.com.

² Mariana Barbosa de Souza, doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Santa Cruz do Sul – UNISC, professora visitante do Departamento de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras – UFLA. E-mail: barbosadesouzamariana@gmail.com.

stemming from colonial slavery, popular housing is characterized by precariousness, limited spatial organization, and a lack of public policies aimed at integrating the working class into public spaces, resulting in the segregation of this population in areas far from city centers.

Keywords: *Economic System; Housing Crisis; Marxist Dependency Theory; Urbanization.*

1 INTRODUÇÃO

O principal objetivo do artigo é trazer à tona a discussão sobre a segregação socioespacial do território, fato que ocorre em todo o Brasil e na América Latina, e desenvolve-se em problemas urbanos, econômicos, políticos e sociais. A partir da análise crítica do acesso à habitação em países dependentes, a teoria marxista da dependência possui categorias em que é possível identificar as formas pelas quais as cidades latino-americanas foram conformadas: a superexploração do trabalho e a renda da terra.³

A habitação popular e o acesso à moradia têm sido debatidos cada vez mais como prioridade nas agendas políticas na América Latina. Com o avanço de políticas públicas, como o Minha Casa Minha Vida⁴, no Brasil, a importância do tema tomou grandes proporções após 2020, ano que o mundo parou. A existência de um

³ Na teoria marxista, a renda da terra se refere a uma das formas de renda que surge da propriedade da terra. Marx (2017b) identifica três formas principais de renda da terra: a renda diferencial, que é a diferença entre a produtividade da terra mais fértil e menos fértil em uso para a produção de um determinado bem; a renda monopolística, que ocorre quando um proprietário da terra detém um monopólio sobre uma determinada parcela da terra; e a renda absoluta, uma forma de renda na qual os proprietários cobram uma taxa fixa pelo uso da terra. Em resumo, na teoria marxista, a renda da terra representa a renda obtida pelos proprietários de terra devido à sua propriedade, sem necessariamente realizar trabalho produtivo direto, possibilitando que seus donos acumulem riqueza por meio da simples posse da terra.

⁴ O Programa Minha Casa Minha Vida surgiu como medida de reestruturação do setor produtivo brasileiro diante da crise do *subprime*, hipotecária, ocorrida no ano de 2007. Através do programa o governo viu uma maneira de socorrer o setor produtivo da construção civil e evitar o aprofundamento da crise (KLINTOWITZ, 2016, p.3). As diretrizes de funcionamento do PMCMV foram elaboradas pela casa civil e ministério da fazenda, em diálogo com os setores imobiliários e da construção civil, desconsiderando os avanços discutidos nas agendas de reforma urbana. Resultado disso foi a elaboração de uma política pública de habitação que não leva em conta as propostas dos movimentos de reforma urbana e ministério das cidades, e tem como principal foco a construção de habitações, ao invés de reestruturar o terreno em solos urbanos.

novo coronavírus, a COVID-19, um vírus respiratório que se alastrava pelo mínimo contato possível, trouxe de volta o tema das moradias precarizadas, falta de saneamento básico e a extrema pobreza. Casazza (2020) escreve que entre a disputa pela compra de álcool em gel no mercado, grande parte da população de rua e periférica sofrem sem saneamento básico. Escreve:

A realidade habitacional nestas áreas é a alta concentração de casas com pouco espaço e ventilação. São pequenas residências com poucos cômodos habitados por grande número de pessoas, o que impede o isolamento domiciliar de um morador que apresente sintomas da doença. Em consequência das desigualdades sociais construídas e acumuladas historicamente, os moradores dessas comunidades, em sua maioria, garantem o seu sustento na informalidade, a partir de diferentes formas de subemprego e sem garantias trabalhistas. (CASAZZA, 2020)

A falta de promoção de cuidados e políticas de saúde pública por parte do governo federal na época, demonstrou o quão desinteressado em cuidar da população e auxiliá-la a ultrapassar este momento extremamente sensível das suas vidas. O resultado foi quase 700 mil mortos apenas no Brasil (SUS, 2023). Até hoje, mesmo após a decaída na quantidade de mortos e pelo menos, 2 doses da vacina, a capacidade mortífera do vírus assustou e gerou inúmeras consequências sociais na América Latina e Caribe. Foram registradas, entre os anos de 2020 e 2021, mais de 1 milhão de mortos (OPAS, 2021). Também é visto que:

Além disso, as deficiências dos sistemas de saúde na ALC foram agravadas por uma série de desafios sociais, incluindo altos níveis de pobreza, desigualdade de renda e trabalho informal; grandes grupos populacionais vivendo em moradias informais sem acesso a serviços essenciais; e as crescentes ameaças a ecossistemas da região, as quais afetam as populações mais diretamente integradas a tais regiões. (OCDE, 2023).

Apesar de possuir diretrizes que permitiriam o uso da função social da propriedade e a articulação do Poder Judiciário – pautado principalmente nos artigos constitucionais de 1988 (182 e 183) que fazem relação ao direito à moradia e seu uso – com o Poder Executivo, não houve interesse de ambas as partes em evitarem que a crise sanitária se alastrasse entre famílias mais precarizadas. Pelo contrário. Como é denunciado pela Campanha Despejo 0 (2022), no Brasil, apenas em 2022, houve um aumento de 393% do número de famílias despejadas, sendo que mais de 31 mil famílias foram removidas durante a pandemia no Brasil e mais de 125 mil, despejadas

de suas moradias (DESPEJO 0, 2022, 5-6). As determinantes para que o acesso a moradia seja dificultado vão muito além das políticas locais de promoção à moradia e formas de promoção a igualdade, como sugerem as ODS⁵, que estimulam ações de setores públicos privados. O cerne da problemática concentra-se principalmente no sistema capitalista inserido em uma realidade dependente.

2 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Marx (1867) escreve que durante o processo de acumulação primitiva de capital ocorre a separação do trabalhador e a propriedade dos meios de produção. A terra passa a ser propriedade privada da burguesia, que passa a comprar a força de trabalho do proletariado – que passa a vender sua capacidade física e intelectual para a obtenção de pequenos ganhos suficientes para sua subsistência. Dessa forma, ocorre novamente a inclusão dessa classe trabalhadora por meio da venda de força de trabalho, mas dessa vez subordinada ao capital. Na esfera de produção de mercadorias, a força de trabalho produz o valor da mercadoria e o valor excedente, apropriado pelo capital em forma de mais-valia.

O salário – presente na esfera da circulação – é a recompensa pelo trabalho realizado. Entretanto, com a mais-valia absorvida, uma parcela das horas de trabalho não pagas para o trabalhador, mas se vê em forma de ganho para o dono dos meios de produção. Para Tonin (2015) o problema da habitação, do ponto de vista mais abstrato, é um problema tanto para o capitalista, quanto para o trabalhador. Isso significa que “sem classe trabalhadora não existe capital e capitalista e, por isso, a reprodução da classe trabalhadora, de sua existência material, é um problema capitalista. Mantê-la somente como trabalhadora é um problema de dominação.” (TONIN, 2015, p. 40).

⁵ As ODS são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criado pela Organização das Nações Unidas. São 17 objetivos que visam acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima que devem ser alcançados até 2030. Entre eles, os que mais interessam ao tema são a ODS nºs 1 e 11, erradicação da pobreza e cidades e comunidades sustentáveis. Entretanto, é visto que a ideia de desenvolvimento sustentável em um sistema que é “essencialmente predatório, autodestrutivo, que caminha invariavelmente para o esgotamento dos recursos necessários à sua própria existência” (SILVA & SANTOS, p. 145, 2015) é certamente, do mais contraditório saber.

As diversas complexidades desse processo se expressam na ineficácia do modo de produção capitalista – mesmo com recursos quase infinitos – de resolver o problema da habitação. Aliada a compreensão da teoria marxista clássica, a necessidade de uma teoria que pensasse a partir da América Latina as categorias são distribuídas, de forma complementar, à Teoria Marxista da Dependência. Segundo Valverde (2016, p. 1):

A Teoria Marxista da Dependência, surgida na década de 1960, busca compreender as relações entre a América Latina e os países centrais do capitalismo. Utilizando diversas categorias analíticas, como a superexploração da força de trabalho e a dependência, seus teóricos vêm elaborando explicações e proposições para as situações vividas pelos países dependentes. Entretanto, desde a formulação da teoria, diferentes mudanças ocorreram no capitalismo mundial.

A Teoria Marxista da Dependência não somente oferece categorias pensadas a partir das singularidades desse continente, em que há uma subordinação das economias periféricas de forma que, toda sua estrutura de poder econômico e político esteja ligada aos grandes centros (MARINI, 2013, p. 50), mas também busca solucionar as problemáticas a partir da América Latina – desenvolvendo um modelo que pensa de baixo para cima, do Sul para o Norte, não europeizado.

A América Latina, a partir de sua compreensão pela teoria marxista da dependência, tem como determinante o fato de que a superexploração do trabalho aumenta exponencialmente o lucro da burguesia nacional – e a consequente transferência de valor para os centros, faz com que os salários sejam mais baixos e haja um alto custo da terra, concentrada na mão de poucos proprietários. Nos países dependentes, esta é uma contradição inerente ao capitalismo – a oposição entre capital e trabalhadores, que ao mesmo tempo vendem sua força de trabalho, mas também consomem mercadorias. É visto, portanto, que “os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas, como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho – a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao mínimo do preço.” (MARX apud MARINI, 2005, s.p., nota nº30). Tonin (2015) escreve que essas duas categorias permanecem em constante contradição, já que existe um “divórcio entre a capacidade de consumo e a produção do espaço urbano são os dois pólos basilares da contradição social expressa através do espaço

urbano e que ganha contornos dramáticos quando se trata da necessidade de um local para morar.” (TONIN, 2015, p. 32).

É a partir da compreensão dialética dos fatos que este trabalho foi realizado. A complementaridade entre geografia, história, economia e sociologia é essencial para desenvolver os amplos aspectos que perpassam a problemática habitacional, fruto de especulação imobiliária e segregação socioespacial. É importante salientar que as questões ligadas à gênero e raça não foram completamente explicitadas durante a escrita deste trabalho em decorrência do tempo e tamanho do trabalho limitados, mas estas são indissociáveis de sua temática.

A reprodução do capitalismo acontece sobre uma rede de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial, como é o caso do racismo e do sexismo (FEDERICI, 2017). Portanto, no que tange à questão da problemática habitacional brasileira e latino-americana, é necessário reconhecer que esta afeta principalmente homens e mulheres de diversas raças e etnias, mas, principalmente, indígenas, pessoas racializadas, imigrantes e mães solas, justamente pelas condições precarizadas e marginalizadas em que estes grupos vivem no capitalismo dependente. Por isso, entender que a moradia representa um problema não apenas relacionado às políticas públicas é necessário: o problema da habitação é o problema de reprodução da força de trabalho (TONIN, 2015, p. 41). Na dinâmica do sistema de produção capitalista, a moradia é parte do desenvolvimento da reprodução da força de trabalho, já que este sistema se baseia no trabalho assalariado. Para Marx (1955, p. 16):

O modo de produção capitalista repousa no fato de que as condições materiais da produção encontram-se (sic) nas mãos dos que não trabalham, sob a forma de propriedade do capital e propriedade do solo, ao passo que a massa possui apenas a condição pessoal da produção — a força de trabalho.

Assim, é possível entender que a força de trabalho, como conjunto das capacidades físicas e intelectuais empregadas no processo de produção de bens é entendida como uma mercadoria, já que é vendida aos donos dos meios de produção. Entende-se que “o valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e

consequentemente, também para a reprodução – desse artigo específico.” (MARX, 2017a, p. 245).

Entretanto, é justamente por essa venda da força de trabalho que ocorre o processo de acumulação do capital por meio da mais valia. Marx (2017a) explica que no modo de produção capitalista, há uma exigência para que se produza muito, no qual, para criar um valor igual ao valor de sua força de trabalho, o trabalhador não precisa mais do que uma parte de sua jornada de trabalho. Por exemplo, se uma mercadoria custa R\$1 e é produzida em uma hora, mas o valor da força de trabalho é R\$4, levaria, portanto, 4 horas para que o trabalhador produzisse o equivalente a sua força de trabalho. Entretanto, em jornadas de trabalho atuais, o trabalhador é contratado por no mínimo, 8 horas diárias, recebendo os mesmos R\$4 reais. Ora, se eram necessárias apenas 4 horas para equivaler ao valor de força de trabalho, as 4 horas excedentes serão produzidas mais R\$4 em mercadorias, horas não pagas ao trabalhador. Esse excedente de trabalho não pago chama-se mais valia, que é apropriada pelo proprietário dos meios de produção.

Marx (2017a) explica que a mais-valia é justamente essa disparidade entre o trabalho pago e o trabalho não-pago. Entre outras categorias, é importante entender que, desde que o modo de produção capitalista passa a ser dominante, o trabalhador assalariado passa a ser explorado, tendo em vista que “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valia.” (MARX, 2017a, p. 573).

Em países dependentes, a expansão capitalista também ocorreu, mas de forma distinta. Essa diferenciação é fundamental, pois encontramos nelas as raízes dos problemas sociais existentes, causados pela herança colonial envolvida no processo de desenvolvimento de relações capitalistas aqui presentes, que tem consequência direta na maneira como marcadores sociais, como raça e gênero são pautados atualmente.

Gorender⁶ (2016), ao escrever *O Escravismo Colonial* ressalta que “o colonialismo contribuiu em grande proporção, sem dúvida, para a acumulação

⁶ Ainda que Gorender (2016) e Bagú (1952) não sejam autores vinculados à Teoria Marxista da Dependência, são autores de extrema relevância para o tema e compartilham de categorias similares,

originária de capital e o conseqüente desenvolvimento capitalista no Ocidente europeu”. Essa hipótese reforça a tese anterior de que a América Latina possui condições específicas relacionadas à reprodução da força de trabalho, o que torna o problema da moradia um assunto tão denso. A teoria marxista da dependência retoma todos esses fatores da teoria clássica marxista e desenvolve, assim como propõe Gorender (2016), uma visão a partir da centralidade de países dependentes. Marini (2005) escreve que a

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamentos, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2005, p. 140).

Ao se apropriar das riquezas, o escravismo colonial, “modo de produção historicamente novo” (GORENDER, 2016a, p. 89) é utilizado como meio de obtenção de mais valia por meio do trabalho forçado. Dessa condição, entende-se que “a característica mais essencial, que se salienta no ser escravo, reside na condição de propriedade de outro ser humano” (GORENDER, 2016a, p. 94) e que “todos os trabalhadores são instrumentos animados” (GORENDER, 2016a, p. 95). Retirados de suas terras, trazidos à força para países desconhecidos, os escravizados passaram a ser a forma de garantia da mais valia da metrópole (no caso do Brasil: Portugal). Neste momento, não havia problema da habitação, já que o escravizado, visto como mercadoria, era de responsabilidade de seu senhor e não possuía direitos, assim como não era considerado um ser dotado de vontade própria. (VILLAÇA, 1989).

Sendo assim, Gorender (2016a, p. 297) escreve que o sistema escravista colonial configurava o capitalismo na América colonial. Sua produção advinda da escravidão era o que definia, principalmente, a natureza mercantil da produção escravista. Bagú (1952, p. 43) reitera, escrevendo que o capitalismo colonial existente nas colônias, fez com que a América portuguesa e espanhola ingressasse “com surpreendente celeridade dentro do eido do capitalismo comercial, inaugurado já na Europa, fazendo com isso possível o início do período do capitalismo industrial

como a historicidade, utilizada para demonstrar o processo de acumulação capitalista nas colônias, em detrimento ao acúmulo de capital nas metrópoles.

séculos-mais tarde”. A invasão colonial demarcou o nascimento da tortura como dinâmica mercantil no continente. Ainda que possa haver outros processos de tortura e poder anteriores à invasão, é nela que se instaura a lógica de produção de mercadorias.

Conforme tem sido dito, a grande maioria dos escravos não participou de levantes, não cometeu atentados, nem fugiu. À exceção da geração que chegou à abolição, a grande maioria viveu a escravidão até a morte. Centenas de milhares de escravos nativos - crioulos - suportaram este destino do nascimento à morte. Isto não quer dizer que aceitaram a escravidão. Precisaram conduzir-se como todos os seres humanos em circunstâncias extremamente desfavoráveis: adaptar-se para tentar sobreviver. (GORENDER, 2016b, p. 52).

A abolição, que ocorre formalmente no século XIX, acontece devido às pressões do mercado externo inglês. Não ocorre como um movimento favorável aos escravos, pelo contrário, “a abolição foi feita pelos brancos e em prol dos brancos” (FERNANDES, 1976, p. 14), não importando as condições desumanas da escravidão, tampouco com o destino dos libertos pós libertação. Suas necessidades são ignoradas e não existe apoio, por exemplo, para ex-escravizados idosos, libertos pela Lei do Sexagenário ou Lei Saraiva-Cotegipe. Cria-se, portanto, uma “massa de mão de obra relativamente amorfa” (FURTADO, 1987, p. 120), um grandioso exército de reserva lucrativo, formado nos séculos anteriores, que garantiu lucro da elite latifundiária da época.

Sem moradia, sem alimentação, sem mão de obra qualificada, despossuídos: os libertos foram, novamente, forçados a ingressar em um processo de acumulação capitalista, agora, em partes, assalariados, entretanto, totalmente à margem da sociedade. Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, que analisou informações do Censo de 1872, existiam 176.057 africanos vivendo no país, porém, divididos apenas entre escravos (138.358) e alforriados (37.699).

A partir do século XIX o Brasil passa a ter destaque no comércio mundial como país primário exportador, aumentando significativamente o comércio com as metrópoles (MARINI, 2013) e assim, passa a receber mais investimentos externos, utilizado para a manutenção das importações de bens de consumo, bem como à infraestrutura. Esse movimento acelera o processo de acumulação capitalista e “força o capital a buscar campos de aplicação fora das fronteiras nacionais” (MARINI, 2013,

p. 49) e por isso, a América Latina no geral passa a receber uma enxurrada de investimentos estrangeiros.

Portanto, diferentemente dos créditos externos utilizados antes e que correspondiam a operações comerciais compensatórias, a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista. (MARINI, 2013, p. 49).

Mais tarde, esse processo culminará no aumento das dívidas externas. Esse capital que aqui se desenvolve não é um ato benevolente das economias centrais, já que parte delas, metrópoles, precisavam expandir seus comércios e que para que isso ocorresse, seria necessário o mínimo de infraestrutura e capital. No século XX, o sistema de exportações passou por diversas crises e percebeu-se a necessidade de inovar a malha industrial brasileira, já que o modelo primário exportador – principalmente o café – não agradava a crescente elite industrial. Mesmo com grande parte do poder concentrado na elite latifundiária, é implementada a Industrialização por Substituição de Importações (ISI), que visava o desenvolvimento do mercado interno por meio da industrialização e avanço tecnológico, aliado ao capital externo.

A crise de 1929 veio para confirmar o que a elite latifundiária temia: as economias que dependiam da exportação de produtos primários foram extremamente afetadas com as baixas demandas dos países, que antes importavam estes produtos. Como consequência, a capacidade de importação do país é reduzida, forçando a industrialização do país, que se aproveitou do cenário de crise para fazê-la (MARINI, 2013). Isso não se deve somente à impossibilidade de exportar seus produtos primários e importar produtos manufaturados, mas também pelo fato de que a crise possibilitou que o país adquirisse a preços mais baixos equipamentos necessários para a criação de uma planta industrial, ou seja, maquinário obsoleto de países centrais. Segundo Marini (2013), o sistema de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) foi motivo de discórdia entre as burguesias que buscavam seu fortalecimento enquanto fração hegemônica no bloco do poder.

Ainda que esse movimento tenha sido regido pelo vai-e-vem de capital estrangeiro que, até aquele momento, era concentrado nas mãos da fração de classe

latifundiária, o desenvolvimento das forças produtivas para o nascimento de uma indústria nacional era um impasse. Marini (2013) explica que:

Efetivamente, o desenvolvimento do principal setor de exportação tende, nos países dependentes, a ser assegurado pelo capital estrangeiro através de investimentos diretos, deixando às classes dominantes nacionais o controle de atividades secundárias de exportação ou a exploração do mercado interno. (MARINI, 2013, p. 50).

Embora a burguesia agroexportadora tivesse interesse em se manter no poder para proteger seus lucros, sua aliança com a burguesia industrial era indispensável. Esse pacto expressava uma cooperação antagônica (MARINI, 2013), já que as burguesias possuíam divergências significativas na política. Um dos primeiros embates foi a questão das terras e da reforma agrária. O governo de João Goulart posicionou-se, no Plano Trienal de Desenvolvimento destacou que “o traço marcante dessa estrutura agrária arcaica e obsoleta, que conflita perigosamente com as necessidades sociais e materiais da população brasileira, está na absurda e antieconômica distribuição de terras.” (MARINI, 2013, p. 85).

Essa estrutura, que deixa mais da metade das terras nas mãos de menos de 26% dos proprietários, enquanto mantém, em 10% das terras, 75% da população ativa rural em condições de muito baixa produtividade, coloca a maioria dos camponeses em uma situação permanente de subemprego e de miséria, permitindo, além disso, que toda a riqueza produzida no setor agrícola seja apropriada por uma minoria de latifundiários, através do arrendamento da terra. Tal estrutura é um obstáculo para a ampliação do mercado interno para os produtos industriais. Portanto, em um momento no qual o investimento estrangeiro na indústria tende a minimizar o divórcio crescente entre os interesses industriais e do setor agroexportador, a oposição entre a indústria e a agricultura para o mercado interno agrava a contradição existente entre os setores industrial e agrícola, globalmente. A consequência é a proposta cada vez mais urgente da reforma agrária. (MARINI, 2013, p. 85).

Essa disputa de poder continua, até o momento em que a burguesia agroexportadora percebe a insustentabilidade da manutenção de um país de economia primária, dependente de exportações. A aliança entre burguesias se coloca atrativa ao passo que estas não renunciaram a suas posições de poder. A elite latifundiária, portanto, passa a concentrar seus esforços no mercado interno (MARINI, 2013) ainda que seus lucros não fossem tão altos quanto antes.

E é a partir dessa disputa entre burguesias que Ruy Mauro Marini (2013) adentra o conceito de superexploração do trabalho. A superexploração do trabalho

ocorre em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre economias dependentes e centrais (MARINI, 2013). Essa transferência de valor faz com que a mais-valia produzida na periferia seja captada e acumulada por países centrais, de forma que grande parte do excedente gerado em países dependentes seja enviado para centros hegemônicos, e aqui, especificamente os Estados Unidos, que já havia se conformado como potência mundial no pós-segunda guerra – na forma de lucros e juros. Parte desses lucros é acumulado internamente por frações de classes dominantes e por isso, há um desequilíbrio social gigantesco em países periféricos. Esse déficit na acumulação interna de capital só pode ser compensado no plano da produção – e justamente, através da superexploração do trabalho.

A regra geral foi a intensificação da exploração, e portanto, da acumulação através do barateamento real da força de trabalho, alcançado principalmente pela redução do valor dos bens necessários para a subsistência do trabalhador. Com isso, a desvalorização constante da força de trabalho se tornou um elemento decisivo na produção e acumulação capitalista nos países centrais, a tal ponto que se poderia afirmar que a história do desenvolvimento capitalista é, neste sentido, a história da depreciação do valor real da força de trabalho (MARINI, 2013, p. 173).

No caso das economias dependentes, a superexploração se dá com a desvalorização da força de trabalho, aliada à “falta de regulamentação e, portanto, a extensão desmedida da jornada produtiva” (MARINI, 2013, p. 173). A superexploração do trabalho, no âmbito da moradia, pode ser percebida principalmente pelas enormes lacunas sociais do país. Alimentada pela grande quantidade de exército industrial de reserva, as condições de trabalho são cada vez mais difíceis e incompatíveis com os custos de vida – alimentação, saúde e moradia são cada vez mais escassas e de difícil acesso para a classe trabalhadora. Em relação à moradia, Engels (2015) escreve que o capitalista compra a força de trabalho do trabalhador por seu valor, mas que dele, extrai muito mais do que pagou. Assim, “fazendo com que o trabalhador trabalhe mais tempo do que o necessário para a reposição do preço pago pela força de trabalho” (ENGELS, 2015, p.38). O salário, entretanto, permanece defasado, pois os trabalhadores passam a ter dificuldades em conseguir o básico para sua sobrevivência, como por exemplo, a habitação.

O mesmo ocorre com a escassez de moradia. A expansão das metrópoles modernas confere ao terreno situado em certas áreas, especialmente nas mais centrais, um valor artificial, que com frequência aumenta de forma

colossal; os prédios construídos nelas, em vez de elevar esse valor, acabam pressionando-o para baixo, porque não correspondem mais às novas condições; eles são demolidos e outros são construídos em seu lugar. Isso acontece sobretudo com moradias de trabalhadores localizadas no centro, cujo aluguel, por mais superlotadas que estejam as casas, jamais ou só muito lentamente teria como ultrapassar um certo valor máximo. (ENGELS, 2015, p. 39).

A “escassez” de moradia, portanto, é reflexo dessa exploração sobre o trabalho. Embora Engels (2015) escreva sobre a dinâmica alemã pós-revolução industrial e sobre a exploração laboral que alçou a Alemanha para um posto de destaque no comércio mundial, ainda sim é possível traçarmos paralelos de análise com o contexto latino-americano.

[...] Neste ponto, podemos ver claramente: o que num estágio histórico anterior era a base de um relativo bem-estar dos trabalhadores, ou seja, a conjunção de cultivo da terra e indústria, a posse da casa, da horta e da roça, a moradia assegurada, torna-se hoje, sob o domínio da grande indústria, não só a mais terrível amarra para os trabalhadores, mas também a maior desgraça possível para toda a classe trabalhadora, a base de uma pressão sem precedentes sobre o salário para que este permaneça abaixo do patamar normal não só em alguns ramos e em algumas regiões, mas em todo o território nacional. (ENGELS, 2015, p. 33).

Esse fato trazido por Engels (2015) demonstra o momento em que há a transformação entre o camponês, aquele que vivia no campo e ali conseguiria ter a fonte de sua subsistência garantida, além da moradia, para o capitalismo urbano industrial. Se o choque foi tão grande para a classe trabalhadora europeia, as condições não poderiam ser melhores nos países que até então eram colônias.

4 CONCLUSÃO

A teoria marxista da dependência demonstra que as relações desiguais entre o capitalismo de economias centrais e economias periféricas são parte de um projeto expansionista hegemônico do modo de produção capitalista (TRASPADINI; STEDILE, 2011) que moldam todo o contexto socioeconômico de países dependentes. Isso quer dizer que a condição de dependência não é conjuntural – ou momentânea – e sim, estrutural em países latino-americanos.

É visto que a entrada de países latino-americanos no processo de acumulação capitalista ocorre durante a colonização. Enquanto países centrais exploravam e invadiam países, utilizavam-se da escravidão como forma de extrair mais-valia, reforçando estruturas escravocratas, que configuravam o capitalismo colonial na América Latina (GORENDER, 2016b).

Após a abolição, os libertos somaram-se à população pobre. Sem acesso à moradia, passaram a morar em territórios precários, com baixa acessibilidade e totalmente à margem da sociedade. A abolição não trouxe nenhum caráter que instituisse responsabilidade aos escravocratas. Estes, foram eximidos de sua responsabilidade na manutenção e segurança desse período transicional e qualquer outra instituição envolvida – como a Igreja ou o Estado. Este período foi marcado pelo “caráter de uma espoliação extrema e cruel.” (FERNANDES, 1964, p. 29-30). Na atualidade, quando pensamos na estruturação de uma cidade periférica, é quase impossível não imaginar a dinâmica de uma grande cidade, que se divide entre centro e periferia, em que a segunda, remete a uma estrutura precarizada de sobrevivência, caracterizado na segregação socioespacial, marginalizando determinadas pessoas e grupos sociais por fatores econômicos, culturais, históricos e raciais no espaço das cidades.

Esse processo, descrito durante o trabalho, demonstra-se cada vez mais atual. A exclusão de pessoas pobres, parte da classe trabalhadora, se vê historicamente reproduzido, consequência das inúmeras explorações durante as décadas passadas. Existem diversas lacunas sobre o tema a preenchidas e cada vez mais, é possível observar que o direito à moradia não se limita somente à um direito condicional a existência, mas também, uma luta anticapitalista, que seja tratada não somente como parte de políticas públicas, mas também, como reparação histórica daqueles que foram afetados e continuam sendo até hoje.

REFERÊNCIAS

América Latina e Caribe ultrapassam um milhão de mortes por COVID-19 - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde. Paho.org. Disponível em:

<<https://www.paho.org/pt/noticias/21-5-2021-america-latina-e-caribe-ultrapassam-um-milhao-mortes-por-covid-19>>. Acesso em: 01 set 2023.

BAGÚ, S. **Estructura Social de la Colonia**: Ensayo de Historia Comparada de América Latina. Buenos Aires, Librería El Ateneo Editorial, 1952. p.43.

Campanha Despejo Zero. **Balanco de Dados até 31 de maio de 2022**. Disponível em: <<https://uploads.strikinglycdn.com/files/3f2fcb57-a3dc-4b5d-9e24-fa5063b58688/Balan%C3%A7o%20CDZ%20-%20maio%20de%202022.pdf>> Acesso em: 01 set. 2023.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. **O acesso à água e os excluídos da prevenção COVID-19**. Agência Fiocruz, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/o-acesso-agua-e-os-excluidos-da-prevencao-covid-19>>. Acesso em: 01 set. 2023.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe. La dinámica laboral en una crisis de características inéditas: desafíos de política**. Série Boletín CEPAL-OIT, n. 23, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11362/46308>>. Acesso em: 01 set 2023.

Coronavírus Brasil. Sistema Único de Saúde. Saude.gov.br. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 01 set 2023.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. Trad. Gilberto Maringoni. São Paulo: Boitempo, 2015.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante e Coletivo Sycorax, 2017.

FERNANDES, F. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Hucitec. 1976.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1977.

GORENDER, J. **O Escravidão Colonial**. 6 ed. – São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016a.

GORENDER, J. **A Escravidão Reabilitada**. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016b.

KLINTOWITZ, Danielle. **Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista?** Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 165-190, abr. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/WPBGnhjVhxLdzGXGNFTdYRQ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 01 set. 2023.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARQUES, Barbara. **Programa Minha Casa Minha Vida: O que se tem produzido a respeito?** – CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 26, pág 150-161. 2018. Disponível em <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17454/8829#:~:text=O%20PMCMV%20surge%20como%20primeiro,habita%C3%A7%C3%B5es%20com%20fins%20meramente%20lucrativos.>> Acesso em: 01 set 2023.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha (1875)**. Obras Escolhidas, t. II, 1955, p.16.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro I: Crítica da Economia Política: o processo de produção do capital (1867) / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. -- 2 ed. -- São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **O Capital** – Livro III: Crítica da Economia Política: O Processo Global de Produção Capitalista. Trad. Rubens Enderle. – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Boletim Epidemiológico COVID-19: Panorama de Saúde: América Latina e Caribe 2023**. Ano 2023. Disponível em: <<https://www.conass.org.br/wp-con?tent/uploads/2023/05/047f9a8a-pt.pdf>> Acesso em: 01 set. 2023.

SANTOS, Luciano Bispo dos & SILVA, Elmo Rodrigues da. **Desenvolvimento sustentável e capitalismo: uma coexistência contraditória**. Recôncavo: Revista de História da UNIABEU, Volume 5, Número 9, pág. 131-149. (2015). Disponível em: <<https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/2220>>. Acesso em: 01 set 2023.

TONIN, V. H. **Muita gente sem casa, muita casa sem gente**: Entre superlucros e superexploração: a dialética da habitação em país dependente. 266f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, SC, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134805>>. Acesso em: 01 set. 2023.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

VALVERDE, A. L. **A Teoria da Dependência e suas aplicações na América Latina neoliberal**. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. 2016. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Valverde-e-Mercedes_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

